



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 67/XII/ 2.^a SL

Aos 18 dias do mês de setembro de 2012, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação das atas n.ºs 63 a 66/XII/1SL;**
- 2. Aprovação do Relatório de Atividades da 1.^a Sessão Legislativa, XII Legislatura;**
- 3. Programação dos trabalhos;**
- 4. Outros Assuntos.**

1. Aprovação das atas n.ºs 63 a 66/XII/1SL;

O Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia, cumprimentou os Senhores Deputados, desejando a todos um bom regresso aos trabalhos parlamentares. De seguida, colocou à votação as atas n.ºs 63, 64, 65 e 66/XII/1.^a SL, relativas às reuniões havidas nos dias 17, 18, 19 e 31 de julho, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se nesse momento a ausência do PCP e do BE.

2. Aprovação do Relatório de Atividades da 1.^a Sessão Legislativa, XII Legislatura;

O Relatório de Atividades da 1.^a Sessão Legislativa foi aprovado por unanimidade, registando-se nesse momento a ausência do PCP e do BE.

3. Programação dos trabalhos;

O Senhor Presidente começou por lembrar que serão agendadas as quatro audições do Senhor Ministro da Defesa Nacional regimentalmente obrigatórias, para o que se aguarda a apresentação de uma proposta de calendário pelo Governo, com as datas para todos os Ministros e Comissões, e recordou ter sido convencionado que uma dessas audições é a que tem lugar em sede de apreciação do Orçamento de Estado. Sobre esta questão usaram da palavra os Senhores Deputados Miranda Calha e Marcos Perestrello (PS), apelando a que a primeira audição do Senhor Ministro da Defesa tenha lugar antes da relativa ao Orçamento, especialmente atendendo a

Aprovada na reunião de 25-09-2012



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 67/XII/ 2.^a SL

acontecimentos ocorridos durante o verão, como o cancelamento do programa da arma ligeira e da encomenda dos «patrulhões» e das lanchas de fiscalização costeira aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. A este propósito, o Senhor Deputado Miranda Calha lembrou que tudo isso se prende com a Lei de Programação Militar, aprovada por maioria de dois terços.

O Senhor Deputado João Soares (PS), referindo-se aos colóquios promovidos pelo Ministério da Defesa Nacional sobre a revisão do conceito estratégico de defesa nacional, perguntou ao Senhor Presidente se lhe tinha sido dado conhecimento atempado, considerando ter havido uma marginalização da Comissão nesta matéria, a cujos membros deveria ser conferida uma participação mais ativa e não apenas convites para assistir. Fez ainda um conjunto de considerações sobre a questão e sobre a situação de mal-estar no País e nas Forças Armadas.

O Senhor Presidente informou ter sido convidado para a primeira sessão.

O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) referiu-se ao papel da Comissão de Defesa Nacional na elaboração do conceito estratégico de defesa nacional, que considerou dever ir além do estritamente previsto na lei. Disse não concordar com o processo legal, nem com o facto de o conceito estratégico de defesa nacional ser aprovado por resolução do Conselho de Ministros, considerando que o mero debate das grandes opções do conceito estratégico na Assembleia não é suficiente, atendendo à importância e significado do mesmo. Recordou também como tem decorrido o processo de revisão: elaboração de um documento-base pelo Instituto de Defesa Nacional (IDN), já concluído, nomeação de uma «comissão de notáveis» para se ocuparem dos diferentes temas e organização de um ciclo de conferências. Disse ainda que para essas conferências, realizadas por todo o País, foram também convidados os Deputados eleitos por esses círculos. Considerou que seria muito útil que o documento-base elaborado pelo IDN fosse disponibilizado à Comissão. Por outro lado, atendendo ao calendário fixado pelo Governo, aventou a hipótese de a Comissão preparar um colóquio sobre o tema.

O Senhor Presidente recordou que o tema do colóquio consensualizado em reuniões anteriores era o «duplo uso» das Forças Armadas e considerou que, a organizar-se um colóquio até final do ano, de facto faria mais sentido que o mesmo incidisse sobre



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 67/XII/ 2.^a SL

o conceito estratégico de defesa nacional, contribuindo para a reflexão sobre o assunto.

Usou também da palavra o Senhor Deputado José Lello (PS), que considerou que a revisão do conceito estratégico de defesa nacional lançada pelo Ministro da Defesa Nacional não faz sentido no contexto atual, em que existem opções prioritárias a tomar na área que tutela.

De seguida, o Senhor Presidente recordou ter ficado decidido que a Comissão iniciaria a prática de proceder a audições regulares (uma por sessão legislativa) dos quatro chefes militares e dos responsáveis dos serviços de informações com relevância direta para o trabalho da Comissão (Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Secretário-Geral do SIRP). Colocou à consideração da Comissão a questão de saber se essas audições deveriam ter lugar nas instalações da AR ou em visitas aos Ramos e Serviços.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) considerou que estas audições deveriam ter lugar na Assembleia da República, o que mereceu a aquiescência dos restantes membros da Comissão presentes. Apelou também a que as audições dos chefes militares se iniciassem o mais depressa possível, pela sua importância como forma de perceção do «animus» nas Forças Armadas, cujos sinais públicos considerou preocupantes. A este propósito, referiu-se à forma exemplar como as forças policiais se comportaram durante a manifestação de dia 15 de setembro, tal como, aliás, os próprios manifestantes, mostrando contudo preocupação pelos sinais quanto ao estado de espírito das forças de segurança e dos próprios militares.

O Senhor Presidente ficou, assim, de iniciar os contactos com vista ao agendamento das audições.

O Senhor Presidente informou ainda ter sido agendada uma visita à OGMA, no dia 2 de outubro, à tarde.

4. Outros Assuntos.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) referiu-se ao despacho do Senhor Ministro da Defesa Nacional sobre os estabelecimentos militares de ensino não

Aprovada na reunião de 25-09-2012



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 67/XII/ 2.^a SL

superior e sugeriu ao Senhor Presidente que fossem solicitados ao Senhor Ministro os estudos mais recentes nesta matéria e os relativos à reforma da saúde militar, o que mereceu o consenso dos presentes.

De seguida, o Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) e o Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS), que integraram a delegação portuguesa à Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), realizada em Chipre, a 9 e 10 de setembro, deram conta da forma como a reunião decorreu.

O Senhor Deputado Hélder Sousa Silva (PSD) fez um resumo da agenda, começando com as questões relacionadas com o regulamento da conferência, relativamente ao qual informou ter sido consensualizada uma primeira versão, sujeita a avaliação e eventual alteração nas próximas Conferências. Deu também conta das intervenções na Conferência, designadamente da Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, do Representante Especial da União Europeia para o Sul do Mediterrâneo e dos Ministros de Negócios Estrangeiros e de Defesa de Chipre. Referiu-se ainda à consensualização de um conjunto de conclusões, nomeadamente no tocante ao papel que os Parlamentos Nacionais podem desempenhar relativamente à PESC e à PCSD.

O Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) subscreveu a intervenção do Senhor Deputado Hélder Sousa Silva, acrescentando algumas notas. Assim, considerou, designadamente, que a reunião espelhou de algum modo a profunda insuficiência da União Europeia nesta área, desde logo evidente na falta de uma linha de orientação e intervenção clara.

O Senhor Presidente agradeceu o resumo da reunião e perguntou como eram compostas as delegações dos outros Parlamentos, no tocante às Comissões representadas, e se foi possível aferir a sensibilidade dos restantes membros da delegação portuguesa quanto à definição da delegação definitiva.

Ambos os Senhores Deputados afirmaram que a composição das restantes delegações era muito heterogénea, resultante também da existência de diferentes elencos de comissões parlamentares noutros países; quanto à delegação portuguesa, referiram que os membros da Comissão de Negócios Estrangeiros se mostraram

Aprovada na reunião de 25-09-2012



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 67/XII/ 2.^a SL

favoráveis a uma delegação que incluía apenas a respetiva Comissão e a Comissão de Defesa e os membros da Comissão de Assuntos Europeus demonstraram entender que a Comissão a que pertencem também deve integrar a delegação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16:34 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de setembro de 2012.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 67/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Carina Oliveira
Correia de Jesus
Hélder Sousa Silva
Hugo Lopes Soares
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
João Soares
Joaquim Ponte
José de Matos Correia
José Lello
Luís Vales
Marcos Perestrello
Mariana Aiveca
Miranda Calha
Pedro do Ó Ramos
Rosa Maria Bastos Albernaz
Maria José Moreno

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Braga

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Mónica Ferro
Odete João